

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLINDA

ATA Nº 002/2025	Data: 29/01/2025
Local de realização ou virtual: OLINPREV localizado na Rua Coronel João Ribeiro, 930.	
Membros Presentes: <ul style="list-style-type: none">• Gustavo Tenório Gonçalves Holanda• Camila Pereira de Souza Freitas• Eládio Deodato de Barros Júnior	
Membros Ausentes:	
Convidados Presentes: <ul style="list-style-type: none">• Claudia Maria Silva Tabosa (Diretora Presidente)• Paulo Sérgio Santana Beldel Filho (Diretor de Investimentos)	
Presidente do Comitê de Investimentos: Gustavo Tenório Gonçalves Holanda	
Abertura da reunião e explanação da posição da carteira de Investimentos do RPPS	
<p>Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 13:44 hs, foi realizada a segunda reunião do Comitê de investimentos do ano de 2025 de forma presencial no OLINPREV localizado na Rua Coronel João Ribeiro, 930. Presentes à sessão se encontram: ELÁDIO DEODATO DE BARROS JÚNIOR, membro titular do Comitê de Investimentos, CAMILA PEREIRA DE SOUZA FREITAS, membro titular do Comitê de Investimentos, GUSTAVO TENÓRIO GONÇALVES HOLANDA, membro titular do Comitê de Investimentos; como convidados, a diretora presidente do OLINPREV, CLAUDIA MARIA SILVA TABOSA e o diretor de investimentos do OLINPREV, PAULO SÉRGIO SANTANA BELDEL FILHO. Havendo o número legal, o senhor Presidente do Comitê de Investimentos declarou abertos os trabalhos, agradecendo a presença dos participantes.</p>	
01- Discussão do cenário Econômico	
<p>Paulo Beldel informa que nesta reunião será apresentado a análise do relatório de investimentos do mês de dezembro, entregue a todos os membros do Comitê de Investimentos, assim como será feita uma análise anual de 2024. Inicia sua explanação do cenário econômico dizendo que, em linha com o que foi dito na última reunião, as perspectivas para a taxa Selic seguem em alta, assim como a expectativa de inflação, conforme observado no relatório do FOCUS do dia 27 de janeiro de 2025. Neste ano de 2025, já é esperado pelo mercado financeiro uma inflação de 5,5%. Destaca que um dos fatores que contribuem para o aumento da inflação ocorre devido ao aumento da carga tributária no Brasil, o que acarreta em elevação dos custos para toda cadeia produtiva nacional, desde a fabricação até o preço para o consumidor final. Comenta também, que o COPOM divulgará ainda hoje em sua reunião, no fechamento do mercado, um possível aumento de 1% da taxa SELIC, assim indo para 13,25%. Paulo Beldel apresenta um gráfico do IPCA, que está disponível no site do Banco Central, onde é demonstrado a evolução da variação percentual do acumulado de 12 meses do IPCA. Demonstra no gráfico que existem limites de tolerância inferior e superior da meta de inflação a qual Banco Central precisa atingir. Destaca-se que o Brasil encerrou o ano passado acima do limite superior de tolerância da meta de inflação e explica que quando isso ocorre, o presidente do BACEN precisa emitir uma carta aberta endereçada ao Ministro da Fazenda justificando o motivo do descumprimento do limite superior. E continua sua fala, demonstrando no gráfico que as</p>	

G Beldel

expectativas, conforme o último relatório FOCUS, é que a inflação irá perdurar acima do limite superior de tolerância até meados de 2026. O cenário de abertura dos juros, de aumento de SELIC, favorece mais a rentabilidade dos ativos que são atrelados ao CDI. Assim, esses os fundos de investimentos indexados ao CDI tornam-se uma opção mais vantajosa para o portfólio de investimentos do OLINPREV.

02- Apresentação dos Resultados e do Relatório de Acompanhamento da Política de Investimento - dezembro/2024

Dando sequência à pauta, Paulo Beldel apresenta no relatório de investimentos, a evolução patrimonial do OLINPREV em 2024. E destaca que a carteira do OLINPREV possui 70% dos recursos classificados na CVM com risco 1 e, apenas 1,31% sendo classificado com risco 5, que são justamente os recursos aplicados em renda variável. Sendo, conforme essa classificação CVM, o risco médio da carteira do OLINPREV muito baixo, com a média de 1,46%. Apresenta também, o gráfico demonstrando a liquidez da carteira, onde nota-se que mais de 62% do portfólio está distribuído em ativos com liquidez de até 1 ano. Enquanto que, até 5 anos o OLINPREV possui 25% do patrimônio e acima de 5 anos, apenas 12% da nossa carteira. Seguindo com a apresentação, o Diretor de Investimentos apresenta o acompanhamento da Política de Investimentos, e diz que conforme discutido anteriormente nas reuniões do Comitê de Investimentos, devido às mudanças do cenário econômico ocorridas entre a elaboração da Política de Investimentos 2024 e no decorrer do exercício, onde observou-se uma forte abertura das taxas dos títulos públicos federais, acima do esperado, tornando-os mais atrativos para alocação, além de possuírem o menor risco do mercado e poderem ser precificados com marcação na curva, o que reduz o risco do portfólio de investimentos. Desse modo, ao longo do período foram feitas 4 (quatro) compras de títulos públicos aproveitando o aumento das taxas das NTN-Bs, resultando, no fechamento de dezembro de 2024, 29,43% do patrimônio do OLINPREV estavam alocados em Títulos Públicos Federais, estando um pouco acima do alvo de alocação estabelecido na Política de Investimento que era 20%. Por consequência, mostrou-se ser uma estratégia mais eficaz reduzir a alocação em fundos de investimentos enquadrados no segmento do Artigo 7º I "b" da Resolução CMN nº 4.963, que investem 100% em Títulos Públicos, para realização da compra direta de Títulos Públicos Federais. Assim, no segmento do Artigo 7º I "b", encerrou-se o ano com 33,08% do patrimônio do OLINPREV investidos, enquanto o alvo era 43,99%. Em relação aos fundos de investimentos que se enquadram como "Renda Fixa Geral" da resolução no artigo 7º III a, por possuírem o CDI como benchmark, apresentaram ao longo de 2024 rentabilidades cada vez mais altas devido ao aumento da Taxa SELIC. Assim, foi preferido manter as alocações nesse segmento e devido a valorização dos ativos, encerrou-se o período com 25,24% do patrimônio do instituto investidos nesse segmento, enquanto que o alvo era 20%. Com relação ao segmento do artigo 7º IV, onde se enquadram as Letras Financeiras que o OLINPREV possui em carteira, Paulo Beldel destaca que, devido a redução do spread, isto é, a diferença das taxas de rentabilidade entre as Letras Financeiras e os Títulos Públicos, não foram feitas novas aplicações nesse segmento, encerrando assim o período com 10,94% investidos, enquanto o alvo era de 12%. A parte desfavorável da carteira continua sendo o segmento de renda variável, pois devido a alta da taxa SELIC e a alta volatilidade do mercado devido às incertezas político-econômicas que o mercado brasileiro precifica, acarretou-se em forte desvalorização do índice IBOVESPA no ano de 2024. Com isso, apesar da diligência no acompanhamento do mercado, objetivando encontrar melhor oportunidade para alocação, ao longo do ano não achamos ser uma estratégia eficaz investir em fundos de ações. Com isso encerrou-se o período com 1,31% investidos em fundos enquadrados no segmento 8º I, enquanto o alvo era 4%. Dando continuidade à apresentação, o diretor de investimentos explana sobre a rentabilidade da carteira de investimentos acumulada no ano de 2024, onde tivemos a rentabilidade acumulada de 9,17%, contra o acumulado de 10,05% da meta atuarial, uma diferença de apenas 0,88 pontos

(Handwritten signatures)

percentuais. Comenta que em 2023 o OLINPREV conseguiu superar a meta de rentabilidade, atingindo uma rentabilidade acumulada de 12,99%, o que reflete um ganho real de 7,98%, ou seja, atingindo 134% da meta estabelecida. Contudo, em 2024, devido a abertura da curva de juros, os ativos indexados aos índices IMA-B 5+, ao Ibovespa e o fundo de investimentos BB RF Títulos Públicos Vértice 2030, apresentaram desvalorização o que impactou negativamente a carteira do OLINPREV durante o período. Salieta que por esse motivo optamos por zerar os fundos IMA-B5+ que tínhamos em carteira e fomos reduzindo os fundos de investimentos indexados aos índices IDKA IPCA 2A e IRF-M1 com o objetivo de otimizar a carteira e realizar a aquisição de Títulos Públicos. Além disso, o último trimestre de 2024 foi marcado por uma forte aceleração do IPCA, o que acelerou também a meta, enquanto, como explicado anteriormente, alguns ativos sofreram desvalorização nesse período. Na sequência, são apresentadas aos membros do comitê de investimentos as movimentações referentes às aplicações e resgates realizados. O Sr. Paulo Beldel esclareceu que, conforme mencionado na última reunião, devido ao fato de a cotização do resgate do fundo de investimentos Caixa Brasil IRF-M1 ocorrer apenas no encerramento do expediente bancário, houve a permanência de um valor residual na conta corrente da Caixa. Para evitar que esse montante ficasse sem rentabilidade, ele foi reaplicado no mesmo fundo de investimentos. Adicionalmente, para viabilizar a aquisição da NTN-B, conforme deliberado, foram transferidos R\$20 milhões para a conta corrente nº 119.162-4 do Banco do Brasil, destinada à custódia dos títulos públicos da carteira do fundo Capitalizado. No entanto, a operação foi concretizada no montante de R\$19.996.766,81, resultando em um valor residual de R\$3.233,19. Para evitar que esse saldo permanecesse sem rentabilidade, o montante foi aplicado no fundo BB Previd RF IRF-M1. Estando assim os membros do comitê cientes das movimentações e não havendo mais manifestações, prosseguiu-se para o próximo tópico da pauta.

03- Proposta de Alocação

Com objetivo de otimizar a rentabilidade da carteira de investimentos e buscar o atingimento da meta de rentabilidade estabelecida para esse ano, Paulo Beldel propõe que sejam resgatados os fundos com benchmark IRF-M1 e IDKA IPCA 2A e direcionar esses recursos para Fundos com benchmark CDI, pois como dito anteriormente, devido a perspectiva de manutenção da taxa SELIC alta, fundos CDI também tendem a aumentar suas rentabilidades. Dito isto, o diretor de investimentos sugere que seja feito o resgate total dos fundos ITAÚ INSTITUCIONAL RF IRF-M1 FI (CNPJ nº 08.703.063/0001-16) e ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIC FI (CNPJ nº 21.838.150/0001-49) e aplicar esses recursos no ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND RF LP FIC FI (CNPJ nº 29.241.799/0001-90) e ressalta que esse fundo já havia feito parte do portfólio do OLINPREV, porém foi decidido encerrá-lo pois estava apresentando rentabilidade inferior que seus pares. Contudo, esse fundo atualmente vem apresentando boa rentabilidade. Outra sugestão, com intuito de ser feito o fluxo de caixa, Paulo Beldel sugere que os recursos novos e os recursos que ainda não fossem deliberados ficassem alocados no Fundo ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES LP de CNPJ nº 06.175.696/0001-73 que é um fundo com benchmark CDI, baixa volatilidade, liquidez imediata (D+0), baixa taxa de administração, não possui taxa de performance e possui horário de aplicação e resgate mais estendido. O diretor de investimentos, informa que no dia 15/02/2025, serão creditados os cupons das NTN-Bs com vencimentos pares, assim como o fundo de investimentos BB Vértice 2030, totalizando o montante de aproximadamente R\$1,5 milhão. Assim, aproveitando que as NTN-Bs ainda continuam com taxas acima de IPCA + 7%, ele sugere a aplicação desses recursos nos títulos públicos com vencimento em 2032, justificando que após a análise das taxas de títulos públicos no site da ANBIMA este é o vértice que tem apresentado as maiores taxas e também devido ao OLINPREV não ter nenhuma aplicação neste vencimento. Porém, como ainda não é possível saber exatamente o valor dos cupons, propõe que o comitê delibere o valor de R\$2 milhões e que, conforme deliberações anteriores, pode ser usado o fundo de investimentos BB Previd RF IRF-M1

(CNPJ Nº 11.328.882/0001-35) do Banco do Brasil para complementar esse valor. Paulo Beldel informa também que em novembro ocorrerá o vencimento de uma das Letras Financeiras do portfólio, no valor de aproximadamente R\$5,5 milhões. Assim, com o objetivo de manter o mais próximo do alvo definido na Política de Investimentos 2025, será necessário ser feita aplicação em LFs. Camila Freitas propõe que devido às taxas de Letras Financeiras ainda persistirem elevadas, seria melhor ser feita essa aplicação antes do vencimento, assim aproveitando essa rentabilidade desde o início do ano. Contudo, antes é necessário avaliar as taxas oferecidas pelos Bancos, para comparar com as taxas das NTN-Bs. Desse modo, o comitê poderá avaliar se compensa ser feito nesse momento ou aguardar aumentar a diferença das taxas do Bancos para as taxas dos títulos públicos. Complementando, Camila Freitas destaca que para essa aplicação, poderia ser resgatado o valor do fundo de investimentos IFM-1 do banco Itaú. E o restante do resgate total deste fundo poderia seguir, conforme sugestão apresentada, para o fundo de investimentos Itaú Legend. Após análise das sugestões apresentadas e discussão por parte dos membros desse comitê, fica deliberado a aplicação do valor recebido dos cupons dos Títulos Públicos e do fundo de vértice BB 2030 na compra direta de NTN-B com vencimento em 2032 e que seja resgatado o valor do Fundo BB IRF-M1 para complementar o valor de R\$2 milhões dessa operação. Fica estabelecido também que, para o fundo CAPITALIZADO, os novos recursos recebidos das contribuições seja aplicado no fundo de investimentos Itaú Soberano. E que para o pagamento de taxas administrativas continue, conforme deliberações anteriores, sendo utilizado o fundo ITAÚ RF IRF-M 1. O diretor de investimentos informa que irá solicitar os documentos deste fundo de investimentos ao gerente do banco itaú para que seja realizado o devido credenciamento prévio. E sugere que enquanto não é finalizada essa operacionalização, seja seguido, conforme ata anterior, as aplicações dos novos recursos no fundo de investimentos Itaú IRF-M1, essa medida terá por finalidade evitar que os recursos permaneçam em conta corrente sem remuneração durante esse processo. Os membros do comitê decidiram pela implementação das deliberações mencionadas, ficando a análise do investimento no fundo Itaú Legend para uma decisão futura. Essa medida visa mitigar riscos operacionais e assegurar uma execução mais estruturada das aplicações. Em relação ao Fundo FINANCEIRO, fica mantido a utilização do fundo de investimentos Itaú IRF-M1 para aplicação dos recursos e resgates para pagamento das despesas administrativas do Fundo Financeiro. Assim como, continuará a utilização do fundo DI Longo da Caixa Econômica para aplicação dos recursos do COMPREV e resgate para pagamento das despesas do Fundo Financeiro. Sem mais pontos para discussão, deu-se por encerrada a reunião.

Temas tratados na reunião:

1. Análise e exposição do cenário econômico atual;
2. Apresentação do resultado dos investimentos e da execução da Política de Investimentos 2024;
3. Análise das movimentações financeiras;
4. Sugestões para alocação.

Deliberações:

1. **Fundo Capitalizado:** Aplicar os novos recursos no Fundo de investimentos Itaú Soberano RF Simples LP de CNPJ nº 06.175.696/0001-73;
2. **Fundo Capitalizado:** Aplicar os recursos no fundo de investimentos Itaú IRF-M1 de CNPJ nº 08.703.063/0001-16 (enquanto é realizado o credenciamento do novo fundo);
3. **Fundo Capitalizado:** Realizar resgates do Fundo Itaú IRF-M1 de CNPJ nº 08.703.063/0001-16 para pagamento de despesas administrativas;

R EBL d

OLINPREV

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLINDA

4. **Fundo Capitalizado:** Aplicar aproximadamente R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) em NTN-B com vencimento em 2032;
5. **Fundo Capitalizado:** Resgate parcial do fundo de investimentos BB Previd RF IRF-M1 CNPJ nº 11.328.882/0001-35 (valor complementar o valor necessário para compra de TPF);
6. **Fundo Financeiro:** Fundo Itaú IRF-M1 de CNPJ nº 08.703.063/0001-16 para aplicação dos recursos e resgates para pagamento das despesas administrativas;
7. **Fundo Financeiro:** Aplicar no Fundo de Investimentos CAIXA REF. DI LP de CNPJ nº 03.737.206/0001-97 os recursos recebidos do COMPREV e resgates para pagamento de despesas administrativas;

Responsável pela elaboração da ata: Gustavo Tenório Gonçalves Holanda

ASSINATURA DOS MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS PRESENTES

Gustavo Tenório Gonçalves Holanda	<i>Gustavo Tenório G. Holanda</i>
Camila Pereira de Souza Freitas	<i>Camila Pereira de S. Freitas</i>
Eládio Deodato de Barros Júnior	<i>Eládio Deodato de Barros Júnior</i>

**ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OLINDA****OLINPREV
2ª ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS 2025**

OLINPREV
2ª ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
2025

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLINDA

ATA Nº 002/2025 Data: 29/01/2025

Local de realização: OLINPREV localizado na Rua Coronel
João Ribeiro, 930.

Membros Presentes:

- Gustavo Tenório Gonçalves Holanda
- Camila Pereira de Souza Freitas
- Eládio Deodato de Barros Júnior

Membros Ausentes:

Convidados Presentes:

- Claudia Maria Silva Tabosa (Diretora Presidente)
- Paulo Sérgio Santana Beldel Filho (Diretor de Investimentos do Olinprev)

Presidente do Comitê de Investimentos: Gustavo Tenório
Gonçalves Holanda

Abertura da reunião e explanação da posição da carteira de
Investimentos do RPPS

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 13:44 hs, foi realizada a segunda reunião do Comitê de investimentos do ano de 2025 de forma presencial no OLINPREV localizado na Rua Coronel João Ribeiro, 930. Presentes à sessão se encontram: ELÁDIO DEODATO DE BARROS JÚNIOR, membro titular do Comitê de Investimentos, CAMILA PEREIRA DE SOUZA FREITAS, membro titular do Comitê de Investimentos, GUSTAVO TENÓRIO GONÇALVES HOLANDA, membro titular do Comitê de Investimentos; como convidados, a diretora presidente do OLINPREV, CLAUDIA MARIA SILVA TABOSA e o diretor de investimentos do OLINPREV, PAULO SÉRGIO SANTANA BELDEL FILHO. Havendo o número legal, o senhor Presidente do Comitê de Investimentos declarou abertos os trabalhos, agradecendo a presença dos participantes.

01- Discussão do cenário Econômico

Paulo Beldel informa que nesta reunião será apresentado a análise do relatório de investimentos do mês de dezembro, entregue a todos os membros do Comitê de Investimentos, assim como será feita uma análise anual de 2024. Inicia sua explanação do cenário econômico dizendo que, em linha com o que foi dito na última reunião, as perspectivas para a taxa Selic seguem em alta, assim como a expectativa de inflação, conforme observado no relatório do FOCUS do dia 27 de janeiro de 2025. Neste ano de 2025, já é esperado pelo mercado financeiro uma inflação de 5,5%. Destaca que um dos fatores que contribuem para o aumento da inflação ocorre devido ao aumento da carga tributária no Brasil, o que acarreta em elevação dos custos para toda cadeia produtiva nacional, desde a fabricação até o preço para o consumidor final. Comenta também, que o COPOM divulgará ainda hoje em sua reunião, no fechamento do mercado, um possível aumento de 1% da taxa SELIC, assim indo para 13,25%. Paulo Beldel

apresenta um gráfico do IPCA, que está disponível no site do Banco Central, onde é demonstrado a evolução da variação percentual do acumulado de 12 meses do IPCA. Demonstra no gráfico que existem limites de tolerância inferior e superior da meta de inflação a qual Banco Central precisa atingir. Destaca-se que o Brasil encerrou o ano passado acima do limite superior de tolerância da meta de inflação e explica que quando isso ocorre, o presidente do BACEN precisa emitir uma carta aberta endereçada ao Ministro da Fazenda justificando o motivo do descumprimento do limite superior. E continua sua fala, demonstrando no gráfico que as expectativas, conforme o último relatório FOCUS, é que a inflação irá perdurar acima do limite superior de tolerância até meados de 2026. O cenário de abertura dos juros, de aumento de SELIC, favorece mais a rentabilidade dos ativos que são atrelados ao CDI. Assim, esses os fundos de investimentos indexados ao CDI tornam-se uma opção mais vantajosa para o portfólio de investimentos do OLINPREV.

02- Apresentação dos Resultados e do Relatório de Acompanhamento da Política de Investimento - dezembro/2024

Dando sequência à pauta, Paulo Beldel apresenta no relatório de investimentos, a evolução patrimonial do OLINPREV em 2024. E destaca que a carteira do OLINPREV possui 70% dos recursos classificados na CVM com risco 1 e, apenas 1,31% sendo classificado com risco 5, que são justamente os recursos aplicados em renda variável. Sendo, conforme essa classificação CVM, o risco médio da carteira do OLINPREV muito baixo, com a média de 1,46%. Apresenta também, o gráfico demonstrando a liquidez da carteira, onde nota-se que mais de 62% do portfólio está distribuído em ativos com liquidez de até 1 ano. Enquanto que, até 5 anos o OLINPREV possui 25% do patrimônio e acima de 5 anos, apenas 12% da nossa carteira. Seguindo com a apresentação, o Diretor de Investimentos apresenta o acompanhamento da Política de Investimentos, e diz que conforme discutido anteriormente nas reuniões do Comitê de Investimentos, devido às mudanças do cenário econômico ocorridas entre a elaboração da Política de Investimentos 2024 e no decorrer do exercício, onde observou-se uma forte abertura das taxas dos títulos públicos federais, acima do esperado, tornando-os mais atrativos para alocação, além de possuírem o menor risco do mercado e poderem ser precificados com marcação na curva, o que reduz o risco do portfólio de investimentos. Desse modo, ao longo do período foram feitas 4 (quatro) compras de títulos públicos aproveitando o aumento das taxas das NTN-Bs, resultando, no fechamento de dezembro de 2024, 29,43% do patrimônio do OLINPREV estavam alocados em Títulos Públicos Federais, estando um pouco acima do alvo de alocação estabelecido na Política de Investimento que era 20%. Por consequência, mostrou-se ser uma estratégia mais eficaz reduzir a alocação em fundos de investimentos enquadrados no segmento do Artigo 7º I “b” da Resolução CMN nº 4.963, que investem 100% em Títulos Públicos, para realização da compra direta de Títulos Públicos Federais. Assim, no segmento do Artigo 7º I “b”, encerrou-se o ano com 33,08% do patrimônio do OLINPREV investidos, enquanto o alvo era 43,99%. Em relação aos fundos de investimentos que se enquadram como “Renda Fixa Geral” da resolução no artigo 7º III a, por possuírem o CDI como benchmark, apresentaram ao longo de 2024 rentabilidades cada vez mais altas devido ao aumento da Taxa SELIC. Assim, foi preferido manter as alocações nesse segmento e devido a valorização dos ativos, encerrou-se o período com 25,24% do patrimônio do instituto investidos nesse segmento, enquanto que o alvo era 20%. Com relação ao segmento do artigo 7º IV, onde se enquadram as Letras Financeiras que o OLINPREV possui em carteira, Paulo Beldel destaca que, devido a redução do spread, isto é, a diferença das taxas de rentabilidade entre as Letras Financeiras e os Títulos Públicos, não foram feitas novas aplicações nesse segmento, encerrando assim o período com 10,94% investidos, enquanto o alvo era de 12%. A parte desfavorável da carteira continua sendo o segmento de renda variável, pois devido a alta da taxa SELIC e a alta volatilidade do mercado devido às incertezas

político-econômicas que o mercado brasileiro precifica, acarretou-se em forte desvalorização do índice IBOVESPA no ano de 2024. Com isso, apesar da diligência no acompanhamento do mercado, objetivando encontrar melhor oportunidade para alocação, ao longo do ano não achamos ser uma estratégia eficaz investir em fundos de ações. Com isso encerrou-se o período com 1,31% investidos em fundos enquadrados no segmento 8º I, enquanto o alvo era 4%. Dando continuidade à apresentação, o diretor de investimentos explana sobre a rentabilidade da carteira de investimentos acumulada no ano de 2024, onde tivemos a rentabilidade acumulada de 9,17%, contra o acumulado de 10,05% da meta atuarial, uma diferença de apenas 0,88 pontos percentuais. Comenta que em 2023 o OLINPREV conseguiu superar a meta de rentabilidade, atingindo uma rentabilidade acumulada de 12,99%, o que reflete um ganho real de 7,98%, ou seja, atingindo 134% da meta estabelecida. Contudo, em 2024, devido a abertura da curva de juros, os ativos indexados aos índices IMA-B 5+, ao Ibovespa e o fundo de investimentos BB RF Títulos Públicos Vértice 2030, apresentaram desvalorização o que impactou negativamente a carteira do OLINPREV durante o período. Salienta que por esse motivo optamos por zerar os fundos IMA-B5+ que tínhamos em carteira e fomos reduzindo os fundos de investimentos indexados aos índices IDKA IPCA 2A e IRF-M1 com o objetivo de otimizar a carteira e realizar a aquisição de Títulos Públicos. Além disso, o último trimestre de 2024 foi marcado por uma forte aceleração do IPCA, o que acelerou também a meta, enquanto, como explicado anteriormente, alguns ativos sofreram desvalorização nesse período. Na sequência, são apresentadas aos membros do comitê de investimentos as movimentações referentes às aplicações e resgates realizados. O Sr. Paulo Beldel esclareceu que, conforme mencionado na última reunião, devido ao fato de a cotização do resgate do fundo de investimentos Caixa Brasil IRF-M1 ocorrer apenas no encerramento do expediente bancário, houve a permanência de um valor residual na conta corrente da Caixa. Para evitar que esse montante ficasse sem rentabilidade, ele foi reaplicado no mesmo fundo de investimentos. Adicionalmente, para viabilizar a aquisição da NTN-B, conforme deliberado, foram transferidos R\$20 milhões para a conta corrente nº 119.162-4 do Banco do Brasil, destinada à custódia dos títulos públicos da carteira do fundo Capitalizado. No entanto, a operação foi concretizada no montante de R\$19.996.766,81, resultando em um valor residual de R\$3.233,19. Para evitar que esse saldo permanecesse sem rentabilidade, o montante foi aplicado no fundo BB Previd RF IRF-M1. Estando assim os membros do comitê cientes das movimentações e não havendo mais manifestações, prosseguiu-se para o próximo tópico da pauta.

03– Proposta de Alocação

Com objetivo de otimizar a rentabilidade da carteira de investimentos e buscar o atingimento da meta de rentabilidade estabelecida para esse ano, Paulo Beldel propõe que sejam resgatados os fundos com benchmark IRF-M1 e IDKA IPCA 2A e direcionar esses recursos para Fundos com benchmark CDI, pois como dito anteriormente, devido a perspectiva de manutenção da taxa SELIC alta, fundos CDI também tendem a aumentar suas rentabilidades. Dito isto, o diretor de investimentos sugere que seja feito o resgate total dos fundos ITAÚ INSTITUCIONAL RF IRF-M1 FI (CNPJ nº 08.703.063/0001-16) e ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIC FI (CNPJ nº 21.838.150/0001-49) e aplicar esses recursos no ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND RF LP FIC FI (CNPJ nº 29.241.799/0001-90) e ressalta que esse fundo já havia feito parte do portfólio do OLINPREV, porém foi decidido encerrá-lo pois estava apresentando rentabilidade inferior que seus pares. Contudo, esse fundo atualmente vem apresentando boa rentabilidade. Outra sugestão, com intuito de ser feito o fluxo de caixa, Paulo Beldel sugere que os recursos novos e os recursos que ainda não fossem deliberados ficassem alocados no Fundo ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES LP de CNPJ nº 06.175.696/0001-73 que é um fundo com benchmark CDI, baixa volatilidade, liquidez imediata (D+0), baixa taxa de administração, não

possui taxa de performance e possui horário de aplicação e resgate mais estendido. O diretor de investimentos, informa que no dia 15/02/2025, serão creditados os cupons das NTN-Bs com vencimentos pares, assim como o fundo de investimentos BB Vértice 2030, totalizando o montante de aproximadamente R\$1,5 milhão. Assim, aproveitando que as NTN-Bs ainda continuam com taxas acima de IPCA + 7%, ele sugere a aplicação desses recursos nos títulos públicos com vencimento em 2032, justificando que após a análise das taxas de títulos públicos no site da ANBIMA este é o vértice que tem apresentado as maiores taxas e também devido ao OLÍMPREV não ter nenhuma aplicação neste vencimento. Porém, como ainda não é possível saber exatamente o valor dos cupons, propõe que o comitê delibere o valor de R\$2 milhões e que, conforme deliberações anteriores, pode ser usado o fundo de investimentos BB Previd RF IRF-M1 (CNPJ Nº 11.328.882/0001-35) do Banco do Brasil para complementar esse valor. Paulo Beldel informa também que em novembro ocorrerá o vencimento de uma das Letras Financeiras do portfólio, no valor de aproximadamente R\$5,5 milhões. Assim, com o objetivo de manter o mais próximo do alvo definido na Política de Investimentos 2025, será necessário ser feita aplicação em LFs. Camila Freitas propõe que devido às taxas de Letras Financeiras ainda persistirem elevadas, seria melhor ser feita essa aplicação antes do vencimento, assim aproveitando essa rentabilidade desde o início do ano. Contudo, antes é necessário avaliar as taxas oferecidas pelos Bancos, para comparar com as taxas das NTN-Bs. Desse modo, o comitê poderá avaliar se compensa ser feito nesse momento ou aguardar aumentar a diferença das taxas dos Bancos para as taxas dos títulos públicos. Complementando, Camila Freitas destaca que para essa aplicação, poderia ser resgatado o valor do fundo de investimentos IFM-1 do banco Itaú. E o restante do resgate total deste fundo poderia seguir, conforme sugestão apresentada, para o fundo de investimentos Itaú Legend. Após análise das sugestões apresentadas e discussão por parte dos membros desse comitê, fica deliberado a aplicação do valor recebido dos cupons dos Títulos Públicos e do fundo de vértice BB 2030 na compra direta de NTN-B com vencimento em 2032 e que seja resgatado o valor do Fundo BB IRF-M1 para complementar o valor de R\$2 milhões dessa operação. Fica estabelecido também que, para o fundo CAPITALIZADO, os novos recursos recebidos das contribuições seja aplicado no fundo de investimentos Itaú Soberano. E que para o pagamento de taxas administrativas continue, conforme deliberações anteriores, sendo utilizado o fundo ITAÚ RF IRF-M 1. O diretor de investimentos informa que irá solicitar os documentos deste fundo de investimentos ao gerente do banco itaú para que seja realizado o devido credenciamento prévio. E sugere que enquanto não é finalizada essa operacionalização, seja seguido, conforme ata anterior, as aplicações dos novos recursos no fundo de investimentos Itaú IRF-M1, essa medida terá por finalidade evitar que os recursos permaneçam em conta corrente sem remuneração durante esse processo. Os membros do comitê decidiram pela implementação das deliberações mencionadas, ficando a análise do investimento no fundo Itaú Legend para uma decisão futura. Essa medida visa mitigar riscos operacionais e assegurar uma execução mais estruturada das aplicações. Em relação ao Fundo FINANCEIRO, fica mantido a utilização do fundo de investimentos Itaú IRF-M1 para aplicação dos recursos e resgates para pagamento das despesas administrativas do Fundo Financeiro. Assim como, continuará a utilização do fundo DI Longo da Caixa Econômica para aplicação dos recursos do COMPREV e resgate para pagamento das despesas do Fundo Financeiro. Sem mais pontos para discussão, deu-se por encerrada a reunião.

Temas Tratados na Reunião:

1. Análise e exposição do cenário econômico atual;
2. Apresentação do resultado dos investimentos e da execução da Política de Investimentos 2024;

3. Análise das movimentações financeiras;
4. Sugestões para alocação.

Deliberações de:

1. Fundo Capitalizado: Aplicar os novos recursos no Fundo de investimentos Itaú Soberano RF Simples LP de CNPJ nº 06.175.696/0001-73;
2. Fundo Capitalizado: Aplicar os recursos no fundo de investimentos Itaú IRF-M1 de CNPJ nº 08.703.063/0001-16 (enquanto é realizado o credenciamento do novo fundo);
3. Fundo Capitalizado: Realizar resgates do Fundo Itaú IRF-M1 de CNPJ nº 08.703.063/0001-16 para pagamento de despesas administrativas;
4. Fundo Capitalizado: Aplicar aproximadamente R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) em NTN-B com vencimento em 2032;
5. Fundo Capitalizado: Resgate parcial do fundo de investimentos BB Previd RF IRF-M1 CNPJ nº 11.328.882/0001-35 (valor complementar o valor necessário para compra de TPF);
6. Fundo Financeiro: Fundo Itaú IRF-M1 de CNPJ nº 08.703.063/0001-16 para aplicação dos recursos e resgates para pagamento das despesas administrativas;
7. Fundo Financeiro: Aplicar no Fundo de Investimentos CAIXA REF. DI LP de CNPJ nº 03.737.206/0001-97 os recursos recebidos do COMPREV e resgates para pagamento de despesas administrativas;

Responsável pela elaboração da ata: Gustavo Tenório Gonçalves Holanda

ASSINATURA DOS MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS PRESENTES

Gustavo Tenório Gonçalves Holanda
Camila Pereira de Souza Freitas
Eládio Deodato de Barros Júnior

Publicado por:
Gustavo Tenorio Gonçalves Holanda
Código Identificador:986B97EA

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 28/03/2025. Edição 3811
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>